

# AL NOTÍCIAS



Distribuição gratuita

## FCEE reivindica gratificação



Fotos: Carlos Killian

Acordo de líderes abriu espaço durante sessão plenária para ouvir os funcionários da Fundação...

Os servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) reivindicam apoio dos parlamentares para aprovar a proposta que institui a gratificação de 15% referente

à produtividade. A proposta do governo é conceder 4,5% em dezembro e o restante a partir de janeiro de 2007, tendo em vista as limitações impostas pela legislação eleitoral e pela Lei de

Responsabilidade Fiscal.

Duas emendas, de autoria dos deputados Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) e Gelson Merísio (PFL), propõem antecipar a concessão da gratificação.



...que reclamaram mais atenção e reconhecimento do governo estadual

### Governo assegura que Fahece se mantém pública

Página Central

## Parlamento quer explicações sobre edital da Casan

O edital de licitação nº 89/2006, lançado pela Casan, motivou a convocação, pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, do secretário da Fazenda, Max Bornholdt, e dos presidentes da Casan, Walmor de Lucca, e do BESC, Eurides Mescolotto. Os parlamentares querem esclareci-

mentos sobre o processo de concorrência, destinado a instituições financeiras, para movimentar as contas da estatal, hoje centralizadas no banco. O assunto será discutido em audiência pública no dia 25, no Plenário. Walmor de Lucca já anunciou que vai adiar os efeitos do edital por 30 dias.

Jonas Lemos Campos



Deputados temem que edital prejudique o Banco do Estado

Página 8

## TJ nega liminar para instalar CPI do Fundo Social

O desembargador Fernando Carioni, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, negou pedido de liminar em mandado de segurança impetrado pelo líder do PT, deputado Francisco de Assis, pedindo a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a utilização de recursos do Fundo Social.

No despacho, o desembargador manteve a decisão do Plenário da Assembleia, alegando a "impossibilidade de o Judiciário imiscuir-se na decisão" do Plenário em arquivar o requerimento de instalação da CPI. Em sua argumentação, o

desembargador também resalta que não houve "qualquer ilegalidade nos argumentos e procedimentos adotados" pelo Legislativo, além de destacar o princípio de autonomia dos Poderes.

Em 4 de abril, o pedido de instalação da CPI foi rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sob a justificativa de não ter objeto determinado. A bancada petista requereu apreciação do Plenário, que rejeitou o requerimento do líder do PT. Vinte e três deputados votaram pela manutenção do parecer da CCJ, contrário à investigação e 12 votaram contra o parecer.

## OPINIÃO

## Carvão de SC: de volta à cena

O dia 16 de maio marcará uma importante etapa para o setor energético de Santa Catarina: às 19h30min, em Treviso, haverá a primeira audiência pública para análise do Estudo de Impacto Ambiental da Usina Termelétrica Sul Catarinense (Usitesc). Trata-se de uma providência de grande impacto que traz o carvão catarinense, novamente, ao cenário nacional. A emissão da Licença Ambiental Provisória (LAP), em curto prazo, vai possibilitar que a Usitesc participe, ainda em 2006, de um leilão para a venda de energia elétrica.

Segundo informações do Sindicato, a nova Usina só poderá vender energia a médio prazo, porque o projeto prevê três anos para a construção do empreendimento. Mas essa espera é de menos: o importante é dar vitalidade a um setor que por décadas impulsionou sig-

nificativa parcela da economia catarinense e que foi desarticulado, em especial, pela política adotada pelo governo Collor. Segundo o Sindicato, aguarda-se apenas a publicação das regras do leilão, além de esperar que a Fatma seja rápida para liberar o licenciamento. Em caso semelhante, no Rio Grande do Sul, o órgão ambiental liberou a documentação em menos de três meses.

A expectativa é de a Usitesc participar no leilão de setembro. O atraso na liberação do licenciamento provisório, além de impedir a participação da usina em leilões de venda de energia, também impediria a captação de recursos para a sua instalação junto a investidores.

A audiência pública, ao mesmo tempo em que tratará do impacto ambiental, discutirá os reflexos do empreendimento

sobre a sua área de influência e da infra-estrutura operacional, como o reservatório no alto rio Mãe Luzia, extensão da ferrovia entre Siderópolis e Treviso, linha de transmissão para a conexão da Usitesc à subestação da Eletrosul, em Siderópolis, e terminal de amônia no Porto de Imbituba.

A construção de uma barragem no alto rio Mãe Luzia, próximo à localidade de Nova Brasília, também faz parte do estudo complementar. A represa irá alagar uma área de 88 hectares e armazenar água para resfriar a caldeira e as torres da usina. O projeto da Usitesc prevê para a termelétrica a capacidade instalada de 440 megawatts, consumo de 2,3 milhões de toneladas de carvão por ano e a produção de 320 mil toneladas de sulfato de amônia por ano, utilizado como fertilizante.

Deputado Valmir Comin (PP)

## Por que tanto ódio?

Em 1991, eu participei de uma das mais importantes manifestações de aposentados já realizadas no país. Na luta pela recuperação de perdas acumuladas sobre o valor do benefício, cerca de 500 aposentados e pensionistas saíram em caravana dos municípios do Sul catarinense rumo a Florianópolis. A intenção era atravessar a ponte Pedro Ivo Campos a pé e obter uma audiência com o então governador Vilson Kleinübing.

Determinados a conter o avanço daquela marcha de idosos, os policiais militares partiram para cima dos manifestantes batendo, lançando gás lacrimogêneo, algemando, humilhando. Eu, como uma das lideranças do movimento, estava marcado. Em pouco tempo, 15 policiais fardados me cercaram e atacaram. Fui jogado dentro de um camburão e só liberado após pressão dos demais manifestantes. O exame de corpo de delito não deixou

qualquer dúvida sobre a violência dos policiais militares: quatro costelas quebradas e hematomas pelo corpo e cabeça.

Fiz questão de lembrar este episódio, um entre muitos exemplos que policiais militares podem fazer quando são instigados a isso, para falar sobre a recente audiência pública que presidi na Assembleia Legislativa sobre a Criminalização dos Movimentos Sociais. Após uma série de depoimentos e a exposição de fotos, ficou evidente para mim que, mesmo depois de 15 anos, nada mudou. Os governos mudam, mas a Polícia Militar de Santa Catarina continua parada no tempo, sem perceber que movimentos sociais são legítimos defensores dos direitos da população, não criminosos.

Seja no enfrentamento com estudantes que lutam pela melhor qualidade do transporte urbano, em Florianópolis, ou com

membros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em Anita Garibaldi, ou ainda com lideranças indígenas kaingang, em Chapecó, quando lutavam pela posse de terras já declaradas suas, não faltam exemplos escabrosos do tratamento dado pela Polícia Militar. No dia em que presidi a audiência pública contra a Criminalização dos Movimentos Sociais, uma novela passou pela minha cabeça. Lembrei das muitas vezes em que os trabalhadores tiveram que enfrentar a ira da polícia para conquistar e garantir seus direitos. Muitas perguntas ficaram sem resposta ao final da audiência, mas uma não deixa de me perturbar: o que leva os policiais que, afinal, também são trabalhadores, a terem tanto ódio? É por esta resposta que a sociedade catarinense está esperando.

Deputado José Paulo Serafim (PT)

## Donos de eqüinos pedem maior validade de exame

Representantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho de Santa Catarina e do CTG Porteira do Faxinal, do município de Praia Grande, Extremo-sul do Estado, estiveram reunidos no dia 17 com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), e com o presidente interino da Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), Gécio Meller. Os criadores querem a ampliação de 60 para 180 dias do prazo de validade do exame de anemia infecciosa realizado em eqüinos. Também reivindicaram a redução do valor da taxa cobrada por animal para a realização do exame.

Segundo Edio Schweitzer, presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho de Santa Catarina, o proprietário de eqüino que necessita transportar o animal precisa comprovar a realização do exame para obter da Cidasc a

Guia de Transporte Animal (GTA). Pelas normas atuais, o exame deve ser refeito a cada 60 dias, no caso de transporte. O animal cujo exame for positivo deve ser abatido para evitar a disseminação da doença.

O presidente interino e diretor técnico da Cidasc, Gécio Meller, explicou que o prazo de 60 dias de validade do exame é determinado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cabe à Cidasc, a realização do exame. Na reunião, segundo Meller, foi definido que a Cidasc encaminhará ao Ministério um cadastro georeferenciado das propriedades que têm eqüinos, para que possam ser coletadas as amostras das propriedades selecionadas. Com isso poderá ser constatada a baixa incidência da doença. Baseada nesses dados, a Cidasc pleiteará um tratamento diferenciado para o estado.

## [ AGENDA ]

• **24 de abril, 19 horas:** Audiência pública para discutir a Lei de Gestão de Florestas Públicas para a Produção Sustentável - Promoção: Comissão de Turismo e Meio Ambiente  
**Local:** Auditório do Centro de Ciências Jurídicas da UNIPLAC - Lages

• **25 de abril, 10 horas:** Comissão do Trabalho - Convocação do Secretário da Fazenda e dos presidentes da Casan, BESC, Codesc, Fusesc e do Sindicato dos Bancários para fornecer informações sobre a situação do BESC  
**Local:** Plenário

• **25 de abril, 19 horas:** Sessão solene de concessão de título de cidadão catarinense a Jorge Antonio Maurique.  
**Local:** Plenário

• **26 de abril, 9 horas:** 3ª Audiência pública sobre saúde e segurança da classe trabalhadora catarinense  
**Local:** Plenário

• **26 de abril, 19 horas:** Comissão de Economia - Audiência pública para debater a crise dos setores madeireiro, moveleiro e papelero do Estado  
**Local:** Plenário

## Mesa



**Presidente:** Julio Garcia (PFL)

**1º Vice-Presidente:** Herneus de Nadal (PMDB)

**2º Vice-Presidente:** Nilson Gonçalves (PSDB)

**1º Secretário:** Lício Mauro da Silveira (PP)

**2º Secretário:** Pedro Baldissera (PT)

**3º Secretário:** Valmir Comin (PP)

**4º Secretário:** José Paulo Serafim (PT)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

## Diretoria de Comunicação Social



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira

**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira

**Edição:** Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

**Relações Institucionais:** Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Edna Schumacker

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

## CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021  
[alnoticias@alesc.sc.gov.br](mailto:alnoticias@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

**Revisão:** Verlaine Silveira

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

**Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Soraia Marçal Boabaid

**Estagiários Programa Antonieta de Barros:** Roberta dos Santos Martins, Viviane Olga da Fonseca e Suelen Regina Hilário

## INSTITUCIONAL

# AL encaminha jovens para o programa Primeiro Emprego

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), e o delegado Regional do Trabalho, Odilon Silva, assinaram na manhã desta quarta-feira (19) a renovação do termo de cooperação técnica entre a AL e a DRT/SC que garante aos jovens do Programa Antonieta de Barros (PAB), o encaminhamento ao Programa Primeiro Emprego do governo federal.

O PAB foi implantado pela Assembléia Legislativa em 2003 para dar oportunidade a jovens de 16 a 24 anos, regularmente matriculados na rede de ensino e oriundos de famílias de baixa renda. Os participantes do programa fazem estágio de dois anos em diversos setores da Casa Legislativa, o que proporciona sua capacitação para o ingresso no mercado de trabalho.

Dos 14 jovens encaminhados pela Assembléia à DRT, dez conseguiram colocação no programa Primeiro Emprego. Odilon Silva disse que os resultados obtidos demonstram que essa é uma política

que dá resultado." A Assembléia tem sido parceira nessa iniciativa, que também envolve o governo federal e empresas, para que esses jovens possam conquistar o primeiro emprego. A renovação desse termo de cooperação consolida uma política que tem dado resultados positivos."

Para Julio Garcia, o programa tem balanço extraordinário e a Assembléia cumpre sua função social de integrar o Parlamento com a sociedade. "Esse programa é uma verdadeira inserção social, permitindo que jovens carentes iniciem sua vida profissional, fugindo da falta de oportunidades. No futuro, deveremos ampliá-lo", afirmou o presidente da AL.

Para um dos integrantes do programa, Leonardo Wagner da Silva, 18 anos, a convivência de dois anos no Parlamento é uma oportunidade de crescimento. "Daqui sairei fortalecido para enfrentar o mercado de trabalho", declarou Leonardo, que recebeu proposta de emprego na área de segurança pública, na capital.



Jonas Lemos Campos

Entrada no mundo do trabalho promove inserção social dos jovens

## Audiência pública debate acesso de religiosos a hospitais e presídios

Eduardo Guedes de Oliveira



Com respeito às crenças individuais, Lei tem apoio do Estado

Religiosos de diversas igrejas participaram terça-feira (18) à noite de audiência pública sobre a garantia de acesso de ministros de cultos religiosos a hospitais, presídios e instituições de internação. O direito está consagrado na Lei nº 11.189/99, de autoria da deputada Odete de Jesus (PL), e ainda depende de regulamentação para que se torne realidade.

O coordenador de Política

Nacional de Humanização nos Hospitais do Ministério da Saúde, Eduardo Ribeiro, reconhece a importância que o conforto espiritual tem para os pacientes. "Quando se pensa em SUS, pensa-se em equipamentos, hospitais, esquecendo-se muitas vezes dos usuários, que acabam virando objeto. Tem-se negligenciado as relações humanas. É bom destacar que o humano vai além do aspecto orgânico; é

preciso levar em consideração o social, o psicológico", observou.

Na abertura da audiência, Ribeiro exibiu o vídeo "Humaniza SUS", que destaca as reivindicações dos usuários do Sistema Único de Saúde. "Os grandes cientistas sabem que chega num ponto em que os conhecimentos tornam-se parciais. Algumas coisas vão além da ciência, aí entra a importância do lado espiritual", defendeu.

Para garantir eficácia à lei que dá o acesso de religiosos a hospitais e presídios fora do horário de visita, Santa Catarina ganhou o Conselho de Ética Religiosa (CER), integrado por representantes de diversas igrejas. Para evitar abusos, o CER recebeu a tarefa de emitir as carteirinhas que autorizam a entrada de religiosos nestes locais. "Na hora que um paciente está fazendo sua passagem, vale a mão amiga, uma palavra de consolo", disse o presidente da CER, bispo Ireneo Luca, da Igreja Sara Nossa Terra.

A superintendente da Secretaria de Estado da Saúde, Rosina Silveira, enfatizou que é preciso respeitar a individualidade do credo. Nesse sentido, entende que os hospitais devem, sim, abrir as portas para os religiosos.

## Legislativo sela acordo para promoção da cultura e da paz

A Assembléia Legislativa, engajada na missão de "educar para a paz" proposta pela Associação Campus Unipaz Ilha de Santa Catarina (Unipaz), firmou, na tarde do dia 10, acordo de cooperação para a promoção da cultura da Paz. O termo, com validade de cinco anos, foi assinado pelo vice-presidente, deputado Herneus de Nadal (PMDB), e por Dulce Magalhães, membro do Conselho Gestor da Unipaz e coordenadora do Festival Mundial da Paz, que acontecerá em Florianópolis de 1º a 6 de setembro deste ano.

O acordo foi firmado durante o ato de lançamento do Festival e prevê a viabilização integrada de programas, projetos e ações de interesse mútuo e estratégico da instituição e da Assembléia.

A parceria se dará através da Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Celestino Secco (PP), com a disponibilização da capacidade de articulação nas esferas internacional, nacional, estadual e municipal, apoio aos esforços e prioridades locais e mundiais, subsidiando e auxiliando na definição do representante da Unipaz no Movimento de Ministérios da Paz no Canadá e na divulgação, promoção e estruturação organizacional do

Festival Mundial da Paz.

À Unipaz caberá a promoção do seminário a Arte de Viver em Paz aos servidores do Legislativo, além da formação holística de base, apoio e implantação de uma administração pública holística, assessoramento do representante institucional da Assembléia no Movimento de Ministérios da Paz no Canadá e promoção do Festival.

Dulce Magalhães enalteceu o apoio dos poderes Legislativo e Executivo estaduais à realização do Festival. "Esse é apenas o começo de um grande trabalho em conjunto pela conquista da paz mundial", comentou. De acordo com ela, o evento vem sendo construído há cerca de dois anos e meio por pessoas engajadas na luta pela paz.

Após a solenidade, foi apresentado o livro A Paz Como Caminho. Com artigos de 23 autores de vários países, a obra dedica-se, segundo Dulce, a mostrar a paz como o caminho para a realização de todos os outros desejos da sociedade. "O livro serve para ampliar a consciência. É um instrumento para agir na paz. Organizar esta obra foi muito especial, pois me preparou para organizar o festival", salientou.

## COMISSÕES

# Servidores apontam falhas em edital de concurso do TCE

Audidores, conselheiros, funcionários e o presidente do Tribunal de Contas do Estado estiveram reunidos dia 17 na audiência pública realizada para discutir o concurso público do TCE marcado para o dia 7 de maio. A audiência foi marcada pela Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT). Documentos apresentados pela Associação dos Servidores do TCE e pelo próprio órgão serão avaliados pela Comissão.

Como falhas do edital, a Associação dos Servidores do TCE apontou a dispensa de licitação; a alegada necessidade de novos servidores, entre os quais jornalistas e bibliotecários; o prazo exíguo de inscrição; a ausência de publicação em jornal diário de grande circulação; a impropriedade do meio de divulgação (internet); além do necessário limite de idade para o cargo de auditor substituto de conselheiro. “O edital define a idade de 18 anos como requisito, o que contraria as disposições legais vigentes, já que a função exige a idade mínima de 35 e máxima de

65 anos incompletos”, explicou o representante da associação, Marcelo Henrique Pereira.

Além disso, segundo ele, para concorrer às quatro vagas de auditor do Tribunal de Contas, é preciso ser bacharel em Ciências Jurídicas, Ciências Contábeis, Ciências da Administração ou Ciências Econômicas. “No entanto, a maior parte da prova é de questões relacionadas ao Direito, prejudicando os graduados em outras áreas”, assinalou.

Os representantes dos Conselhos Regionais de Administração e Economia também utilizaram a tribuna para reclamar do fato de 70% das questões da prova serem destinadas ao setor jurídico. “Grande parte da prova será direcionada aos advogados. Ou seja, um economista não terá chance nenhuma de tirar uma nota 7 ou 8”, disse Pedro Moreira Filho, presidente do Conselho Regional de Economia.

O presidente do TCE, Gilson dos Santos, salientou: “Seguimos todos os trâmites legais para a concepção do edital do concurso. Precisamos de mais funcionários, já que estamos com

cerca de 11 mil processos em estoque. Eu não estou inventando vagas”, disse.

A postura do presidente do TCE, Gilson dos Santos, com relação aos questionamentos do concurso foi elogiada por parlamentares na sessão do dia 20. O deputado Dentinho destacou que Gilson está disposto ao diálogo com os funcionários para que a melhor solução seja adotada, beneficiando todas partes interessadas. “A situação precisa ser melhor avaliada. Acredito que Gilson dos Santos possui um alto nível e é capaz para resolver esse problema”, observou.

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), afirmou que o presidente do TCE é um homem que honra a sua vida pública. “Se houver erros no concurso eles devem ser reparados. Espero que a situação se encaminhe para a solução.” Já o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão – (PP) afirmou que reconhece o bom trabalho de Gilson dos Santos. “Sabemos que ele é um bom homem, de postura correta”, finalizou o parlamentar.

## Documentos comprobatórios

Buscando mais subsídios a fim de propiciar maior embasamento e esclarecimento das dúvidas levantadas na audiência pública do dia 17, para debater a realização de concurso público para o TCE/SC, foi aprovado na reunião semanal da Comissão de Finanças requerimento do deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), solicitando cópias de alguns documentos. Será enviado expediente ao TCE pedindo cópias da dispensa de licitação e do contrato pertinente firmado com a Fepese (Fundação de Estudos e Pesquisas

Socioeconômicos), responsável pela elaboração das provas; dos documentos de despesas (nota fiscal, nota de empenho, cheque e/ou ordem de pagamento); das portarias nº 26/05 e 239/05, que nomearam a comissão organizadora do concurso público, e as atas completas das reuniões e dos trabalhos da comissão organizadora do concurso. Depois de analisados todos os documentos, as conclusões serão enviadas ao Ministério Público, conforme já havia anunciado o deputado Dentinho, ao final da audiência pública.

Fotos: Jonas Lemos Campos



Gilson dos Santos: “Seguimos todos os trâmites legais”

## Grupo técnico avalia mudança em parque

Um grupo técnico formado por parlamentares, ambientalistas e moradores dará continuidade aos trabalhos do Fórum da Serra do Tabuleiro, criado na Assembléia Legislativa com o objetivo de discutir a recategorização das áreas de entorno do parque. A primeira reunião do novo grupo será no dia 24, e seus integrantes terão prazo de 20 dias para apresentar um material mais aprofundado sobre o tema.

A proposta de restringir o grupo foi apresentada pelo relator do Fórum, deputado João Henrique Blasi (PMDB), na reunião de terça-feira (18), com o objetivo de agilizar os trabalhos. O Fórum, presidido pelo deputado Vanio dos Santos (PT), avalia os impactos ambientais e sociais de transformar o entorno do parque em Área de Preservação Ambiental (APA). A nova categoria reduziria as restrições

atuais de uso das propriedades, atendendo ao apelo de moradores locais, mas preocupa alguns ambientalistas pelo impacto aos ecossistemas locais.

Entre os parlamentares, Blasi, Vanio, Sérgio Godinho (PSB) e Lício Mauro da Silveira (PP) participam do grupo técnico representativo. Durante a última reunião do Fórum, o presidente da Fatma, Jânio Wagner Constante, declarou que este é o momento oportuno para se encontrar soluções para os conflitos, reconhecendo que a prioridade está na integridade do parque. Para o deputado Lício, a questão é atender da melhor forma as partes envolvidas, atribuindo benefícios a todos. Mas o parlamentar reconhece que essa é uma tarefa difícil. “Um projeto já foi encaminhado à Fatma, mas de lá não saiu. Precisamos ser mais flexíveis para chegar a uma solução”, observou.



Equipe tem 20 dias para trazer análise mais aprofundada da proposta de recategorização

## COMISSÕES

# Tribos guarani reivindicam demarcação de terras no Estado

Problemas com alimentação, principalmente das crianças, motivaram audiência pública realizada no dia 12



Alberto Neves

Com terras de tamanho adequado ao plantio, indígenas poderão resolver os problemas de desnutrição

Somente a demarcação das terras poderá resolver os problemas de alimentação enfrentados pelos índios guarani do Estado. "A gente não quer pedir cestas

básicas, que é comida da cidade. Os índios querem plantar. Uma terra com tamanho inadequado inviabiliza uma produção de alimentos suficiente para atender às

necessidades", resumiu o cacique da aldeia de Massiambu, município de Palhoça, José Benites, durante audiência pública realizada no dia 12, no Plenário da Assembleia Le-

gislativa. O debate foi promovido pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pelo deputado Djalma Berger (PSDB), e solicitado pela deputada Ana Paula Lima (PT), que coordenou os trabalhos.

Há duas semanas, o relator nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, Água e Terra Rural, Flavio Luiz Schieck Valente, visitou algumas aldeias guarani no Estado para verificar a situação dos índios. A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Plataforma DhESC Brasil), com o apoio e a parceria do Programa de Voluntários das Nações Unidas, iniciou em 2002 o Projeto Relatores Nacionais e Ambientais, com o objetivo de monitorar a implementação e efetivação destes direitos no Brasil. A relatoria conta com o apoio da ONU e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).

A visita do relator foi motivada por comunicação do Consea/SC (Conselho Estadual de Segurança

Alimentar). Rui da Luz, presidente da regional, contou que, em 2005, o Conselho criou a Câmara de Direito Humano à Alimentação Adequada, da qual participam também o Legislativo e o Ministério Público Estadual. No ano passado, a Câmara recebeu a denúncia de desnutrição entre crianças indígenas e esta foi comprovada.

No dia 10, o relator visitou quatro aldeias guarani (três aldeias em Araquari e uma em Biguaçu). Flavio Valente informou que foi verificado um índice de 50% a 80% de crianças indígenas desnutridas. A principal causa é a dificuldade dos indígenas em usar a terra.

De acordo com a procuradora da República em Santa Catarina, Analúcia Hartmann, os processos para a homologação da demarcação de terras indígenas em Santa Catarina - feita pelo Ministério da Justiça - estão sendo revistos por uma comissão a pedido do governo do Estado. Com apenas um representante dos povos indígenas, a legalidade dessa comissão também foi questionada.

## Criminalização de movimentos sociais é tema de audiência pública

Os deputados Paulo Eccel, José Paulo Serafim e Pedro Baldissera, da bancada do PT, foram os autores do requerimento para a realização da audiência pública que debateu a criminalização dos movimentos sociais em Santa Catarina, no dia 11.

Integrantes de movimentos sociais da capital e de outros municípios do estado discutiram a questão com representantes do Ministério Público, secretarias de Estado da Segurança Pública e da Educação, Ordem dos Advogados do Brasil/SC, Câmara de Vereadores e Câmara dos Deputados.

O representante da Frente de Luta pelo Transporte Público, André Mouraferro, apresentou um relatório sobre as agressões sofridas por ativistas sociais, no dia 16 de fevereiro, em Florianópolis. Nesse dia, segundo o dossiê apresentado em Plenário, integrantes de movimentos, sindicatos e entidades comunitárias da capital sofreram

agressões durante a manifestação que questionava a tarifa única implantada no município. "Acreditamos que os agressores foram contratados por pessoas que tinham interesse em impedir a manifestação. O Ministério Público e a Polícia Civil devem identificá-los", reivindicou Mouraferro.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, Rubens Lunge, ocupou a tribuna para cobrar, mais uma vez, resposta do governo do Estado aos pedidos de esclarecimento sobre atos arbitrários cometidos contra jornalistas. "Cláudio Silva foi preso, algemado e, a caminho da Central de Polícia, espancado covardemente, no mesmo dia em que se comemorava o Dia do Repórter. Exigimos punição para os agressores", reivindicou Lunge. O fotógrafo foi preso no dia da manifestação na capital.

O deputado Paulo Eccel citou o treinamento de cães

pela polícia na Região Serrana usados no enfrentamento com os sem-terra, o embate com os atingidos por barragens e a prisão preventiva de moradores no município de São João Batista durante a demolição de residências. O deputado Afrânio Bopp (P-SOL) salientou que as lutas dos movimentos sociais têm o objetivo de garantir o que já está na Constituição, mas que não é cumprido.

Ao encerrar a audiência, o deputado José Paulo Serafim, que presidiu os trabalhos, fez um breve relato de sua experiência no período em que liderava o movimento sindical dos mineiros em Criciúma, há 20 anos. "Sabemos que policiais são trabalhadores, mas de onde vem tanto ódio? Há responsáveis por trás disso", enfatizou.

As notas taquigráficas do debate serão encaminhadas às autoridades competentes e às comissões temáticas da Assembleia Legislativa.

## Órgãos públicos não obedecem convenções

Ausente do debate, a Fundação Nacional do Índio (Funai) recebeu severas críticas dos presentes. "Temos vivenciado situação de desrespeito e estamos sem proteção", afirmou o cacique Hyral Moreira, da aldeia de Biguaçu.

Moreira acusou o Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT) e a Celesc de praticarem atos arbitrários recentemente. "O DNIT autorizou indevidamente a Celesc a edificar a ampliação da rede de distribuição elétrica em nossa terra, desrespeitando a convenção no artigo 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais", contou o cacique.

O Artigo 18 da Convenção, ratificada pelo Brasil, diz que "a lei deverá prever sanções apropriadas contra toda intrusão não autorizada nas terras dos povos interessados ou contra todo uso não autorizado das mesmas por pessoas alheias a eles, e os governos deverão adotar medidas

para impedir tais infrações".

Uma das recomendações de Flavio Valente é reavaliar a representação da Fundação em Santa Catarina. O relatório completo com as recomendações deve estar pronto em 15 dias e será encaminhado a autoridades federais e estaduais, além da ONU, Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, do governo federal.

Ao final, a deputada Ana Paula Lima informou que as notas taquigráficas da audiência serão encaminhadas aos órgãos e entidades interessados. "Também apresentaremos moções às autoridades competentes acerca das causas indígenas", disse a deputada.

Estavam presentes à audiência, entre outros, representantes dos índios xokleng, do Projeto Rondon no Estado e do Conselho Regional de Psicologia.

## COMISSÕES

# Governo garante que Fahece permanece pública

Consultor jurídico da Secretaria Estadual da Saúde informou durante audiência pública realizada pela Comissão de Saúde da AL que ainda não há pedido de qualificação da Fundação responsável pela gestão do Hemosc e do Cepon em Organização Social

**Graziela May Pereira**

Em audiência pública realizada pela Comissão de Saúde, no dia 10, a pedido dos deputados Joares Ponticelli e Celestino Seco, ambos do PP, foi debatida a possibilidade de privatização da Fundação de Apoio ao Hemosc e ao Cepon (Fahece), através de sua qualificação como Organização Social (OS). A discussão reuniu representantes do governo, dos servidores do Centro de Hematologia e Hemoterapia de SC (Hemosc) e Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon) e deputados. Participaram do debate a deputada federal Luci Choinacki (PT/SC) e representantes de associações de doadores de sangue.

O consultor jurídico da Secretaria Estadual da Saúde, Rodrigo Linhares, assegurou que não há pedido de qualificação da Fahece em OS. Até porque, assinalou, a Lei Estadual das OS (nº 12.929, de 2004, modificada pela Lei nº 13.720, de março deste ano) ainda está "pendente de regulamentação".

"Não há, portanto, pedido de qualificação da Fahece como organização social em tramitação na Secretaria", afirmou Linhares. Ele também ressaltou que a qualificação não garante à Fahece o direito à assinatura do contrato de gestão para publicização de atividades de caráter público, pois a escolha da entidade se dará por meio de concorrência pública.

Em março de 1994, a Secretaria da Saúde celebrou com a Fundação o convênio nº 104. "Desde então, a execução das políticas

de sangue e hemoderivados e de câncer se constitui em objeto de parceria entre o poder público estadual e uma fundação privada", explicou o assessor.

## Desconfiança

Apesar das garantias, os servidores do Hemosc e do Cepon, que reivindicaram a realização dessa audiência, acreditam que a qualificação da Fahece em organizações sociais significa privatização dos serviços. Mário Zunino, funcionário do Hemosc e integrante do Movimento para a Manutenção do Serviço Público de Qualidade do Hemosc, Cepon e SUS, reafirmou a preocupação dos servidores com os poderes dados pela Lei nº 12.929 ao Estado, possibilitando que ele transfira à iniciativa privada vários serviços.

A mudança feita no artigo 1º, através da Lei nº 13.720 e o artigo 22, aumentam ainda mais as desconfianças dos servidores. "Todo o patrimônio vai ser colocado à disposição do privado", interpretou Zunino, referindo-se à possibilidade dos servidores serem cedidos às OS. (Confira no quadro)

A Fahece é uma fundação privada, sem fins lucrativos, instituída em 1994. Ela faz a gestão da prestação de serviços públicos gratuitos na área do câncer e do sangue, obedecendo às políticas estadual e federal das áreas. Cabe à Fahece mobilizar e otimizar todos os recursos financeiros, materiais, tecnológicos e humanos para garantir uma gestão administrativa eficaz.



Fotos: Alberto Neves

# Conselho Nacional conclui que OS transferem responsabilidade

O interesse público não combina com o interesse do mercado. Esta é a base do parecer aprovado na 150ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde, realizada nos dias 11, 12 e 13 de janeiro de 2005, em Brasília. Na reunião, foi apresentado e discutido o resultado dos estudos feitos pelo Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Saúde sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) como instrumento de gestão pública na área de saúde. Ronald Ferreira dos Santos, membro dos conselhos Estadual e Nacional de Saúde, apresentou cópia do parecer aprovado na reunião. "As Oscip e OS são maneiras e subterfúgios de transferência de responsabilidade do Estado com relação à saúde para o setor privado, que não se coadunam com o modelo de gestão do SUS, tal como definido constitucionalmente", concluiu o Grupo.

O assessor jurídico da Secretaria da Saúde, Rodrigo Linhares, garantiu que não haverá privatização dos serviços prestados pelo Hemosc e pelo Cepon em caso de qualificação da Fahece como OS. "Os serviços continuam sendo públicos e, no caso da saúde, 100% gratuitos em favor dos usuários do Sistema Único", disse. Também afirmou que o patrimônio, cedido mediante permissão de uso, ou seja, empréstimo, continuará sendo público e retornará ao Estado na hipótese de rescisão do contrato de gestão. Quanto aos servidores, assegurou que continuarão pertencendo à Secretaria da Saúde, com todos os direitos assegurados, inclusive a continuidade do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, promoções por antiguidade e aposentadoria.

Presente ao debate, o deputado Afrânio Boppré, líder do P-SOL, reafirmou sua posição. "É o início do desmonte da máquina pública porque o governo está se afastando dos seus deveres constitucionais. É um golpe

contra a população catarinense", classificou.

O parlamentar pediu apoio formal da Comissão de Saúde, através de requerimento a ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ao seu pedido de sustação da Portaria nº 96/06, publicada em 22 de março último pela Secretaria Estadual da Saúde. A portaria criou uma comissão para avaliar, definir e encaminhar questões relacionadas à contratualização (fixa metas a serem cumpridas pelas entidades) de Organizações Sociais associadas à gestão descentralizada do Hemosc e do Cepon e estudos relativos à Oncologia Pediátrica do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Com o ato do governo sustado, defendeu Afrânio, se poderá evitar a privatização do Hemosc e do Cepon, garantir a continuidade dos serviços públicos e gratuitos e manter a segurança no atendimento da comunidade. "Essa comissão, criada pela portaria, não tem qualquer respaldo em legislação vigente", argumentou.

O deputado Vanio dos Santos (PT) manifestou sua solidariedade e da bancada na Assembléia à mobilização dos funcionários do Hemosc e do Cepon. "OPT sempre foi contra a criação das Organizações Sociais - uma forma disfarçada de privatização de serviços públicos, onde o Estado repassa o seu patrimônio e suas atribuições para entidades privadas supostamente sem fins lucrativos. Isso nada mais é do que uma porta de entrada para entrada de chupins", comparou.

A representante do Conselho Nacional de Saúde e professora de Saúde Pública da UFSC, Clair Castilhos, afirmou que a criação das OS é inconstitucional porque o setor privado só pode entrar no SUS de forma complementar. O promotor de Justiça, João Alexandre Acosta, do Ministério Público Estadual, assegurou que o contrato de gestão da Saúde cabe unicamente ao governo estadual.



Deputado Vanio e bancada petista compartilham da desconfiança dos servidores

## O que diz a lei

• Artigo 1º - Lei nº 13.720, que modificou o artigo da lei original:

"Fica instituído o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais, com o objetivo de fomentar a descentralização de atividades e serviços desempenhados por órgãos ou entidades públicas estaduais, para pessoas jurídicas de direito privado de fins não-econômicos, no caso de associações civis ou não-lucrativas, no caso de fundações privadas, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à assistência social, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à comunicação, à cultura, ao turismo, ao esporte, à saúde e ao planejamento e gestão."

• Artigo 22 - Lei nº 12.929, de 2004:

"Para a execução do objeto do Contrato de Gestão os órgãos e entidades da administração pública estadual poderão autorizar a participação de seus servidores nas atividades realizadas pelas Organizações Sociais"

## Comissão apóia pedido para sustar portaria

Após a audiência pública, o presidente da Comissão de Saúde da AL, deputado Onofre Agostini (PFL), submeteu à votação dos participantes do encontro a proposta do deputado Afrânio Boppré (P-SOL), de apoio ao pedido de sustação da Portaria nº 96/06, da Secretaria Estadual da Saúde.

A proposta foi aprovada por quase todos os participantes e será encaminhada ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL). O pedido de sustação está na Comissão de Constituição e Justiça para ser apreciado.

A Comissão de Saúde da Assembléia encaminhou à CCJ requerimento pedindo a apreciação e aprovação da proposição do

deputado Boppré. O líder do Governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), vai analisar a proposição de Boppré e dará um parecer nas próximas reuniões da Comissão.

Os participantes também aprovaram a criação do Fórum Permanente da Saúde, que inicialmente será coordenado pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde de Santa Catarina, Jânio Silva. O objetivo desse fórum será a discussão de problemas e de reivindicações relacionadas à área da saúde. "Com esses encaminhamentos, acho que atingimos o objetivo de sermos úteis na busca de soluções para os problemas aqui discutidos", declarou Agostini.



Afrânio quer a suspensão da portaria que criou a comissão encarregada de estudar o enquadramento da Fahece

# Destino do BESC preocupa deputados

A intenção da Casan em abrir concorrência para movimentação das suas contas provocou embates acirrados em Plenário e a convocação, marcada para o dia 25, do secretário da Fazenda e dos presidentes da Casan e do BESC

O leilão das contas do BESC voltou a colocar frente a frente governistas e deputados da oposição na sessão de quinta-feira (20). A polêmica começou no dia 18, quando a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou requerimento de audiência pública para ouvir o secretário da Fazenda, Max Bornholdt, os presidentes da Casan, Walmor de Lucca, e do BESC, Eurides Mescolotto. O edital de licitação nº 89/2006, que abre leilão para a movimentação das contas da estatal de saneamento, motivou a convocação.

O primeiro a ocupar a tribuna na manhã de quinta-feira, foi o deputado Vanio dos Santos (PT), que acusou o governo do Estado de usar o Banco do Estado de Santa Catarina para "chantagear" o governo Lula. "Mais do que descumprir a legislação, estão descumprindo compromisso político assumido pelo então candidato Luiz Henrique da Silveira (PMDB) de manter o banco público", condenou. Segundo ele, o leilão das contas pela administração estadual contraria o artigo 164 da Constituição Federal, que determina que disponibilidades financeiras do Estado sejam de-

positadas exclusivamente em entidades estatais. Além disso, afirmou o petista, fere a Lei nº 9.489, de 19 de janeiro de 1994, que regulamenta o artigo 116 da Constituição Estadual. A referida lei disciplina que os depósitos devam ocorrer em instituições oficiais.

O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) afirmou que a decisão também fere o contrato firmado entre o Governo do Estado e União sobre a federalização. "A cláusula 7 determina que os depósitos das folhas ocorram no BESC; se houver a saída destes recursos, deste fluxo, não existirá mais salvação para o banco", advertiu Vieirão. No entanto, conforme o contrato de 1999, a obrigatoriedade da manutenção das contas estaduais no banco era por 15 meses após a sua assinatura.

Classificando o edital da Casan de "golpe", o líder do P-SOL, deputado Afrânio Boppré, também chamou o governo federal à responsabilidade. "O PT também tem que fazer sua parte, retirando o banco da lista das privatizações", conclamou. Boppré lembrou que, a exemplo da tentativa da Casan, a prefeitura



Banco realizou concurso público há pouco tempo, com mais de mil aprovados, e está em todo o território estadual

de Itajaí, administrada pelo PT, desvinculou as contas do BESC, passando a pagar os servidores através do Bradesco.

Para ter respaldo popular, Vanio sugeriu que o futuro das contas do BESC seja objeto de um plebiscito. "Cabe aos catarinenses decidir; não se pode falar em nome do povo de Santa Catarina", argumentou. O petista ainda corroborou as críticas de Boppré. Para ele, a manutenção da saúde do BESC deve ser de interesse de todos. "A prefeitura de Itajaí errou ao transferir as contas dos funcionários", opinou. Ele lembrou ainda, que o banco realizou concurso público e contratou 1.500 novos empregados.

## Blasi afirma que medida tem respaldo legal

O líder do Governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), lembrou que o dono do BESC é o governo federal. Por conta disso, desafiou o governo Lula a agregar mais recursos à instituição financeira. "Gostaria de saber por que os órgãos federais sediados em Santa Catarina não têm suas contas no BESC", indagou, sugerindo que a questão esteja na pauta da audiência pública sobre o leilão divulgado pela Casan.

Blasi disse que a transferência das contas do BESC para outras

instituições, objeto da licitação promovida pela Casan, ainda não é uma decisão do governo. Lembrou, no entanto, que a troca encontrou recentemente amparo no Supremo Tribunal Federal (STF), onde o governo do Mato Grosso do Sul teve pedido acolhido. "Não estamos colocando em leilão a conta de depósito do Estado, que continuará em banco oficial, mas a conta do funcionalismo", explicou. Ele sugeriu que o BESC participe dos processos licitatórios, já que tem condições de vencer.

# Comissão debate mudanças nas funções do HU



Autoridades estaduais temem pelo aumento da precariedade no atendimento à saúde pública

O risco de o Hospital Universitário (HU) deixar de exercer a função de hospital-escola, formando profissionais da saúde, foi tema de audiência pública na manhã do dia 19, promovida pela Comissão de Educação, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB). O autor do requerimento, deputado Afrânio Boppré (P-SOL), disse que, caso ocorra a desvinculação da atividade do Ministério da Educação, há o risco de redução orçamentária, perda do caráter público e o abandono da missão de hospital-escola.

O HU está vinculado ao Ministério da Educação que pretende repassar a sua manutenção ao Ministério da Saúde, redirecionando, somente para o ensino superior, cerca de R\$ 1,5 bilhão hoje destinados às unidades hospitalares de todas as univer-

sidades federais. A medida, para o diretor de Política de Saúde da Secretaria Estadual da Saúde, Flávio Magajewski, poderá acarretar prejuízos na formação de profissionais, principalmente da saúde. "É colocar, a médio prazo, o próprio sistema de saúde em precariedade, uma vez que o HU forma profissionais para outros hospitais", assinalou.

De acordo com o diretor do HU, Carlos Alberto Justo, sem fonte de financiamento com vinculação orçamentária, há o sério risco de perda do foco social. Para o diretor do HU, é preciso ter clareza sobre com que rubrica se faria isso, além de não haver a desvinculação das atividades da universidade. Justo acredita que a situação ideal permitiria aos hospitais, ainda, a autonomia na gestão administrativa.

## PLENÁRIO

# Educação especial exige gratificação

Servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial pediram apoio dos parlamentares para aprovar projeto

A presidente da Associação dos Servidores da Educação Especial, Elizete Vieira, utilizou a tribuna na tarde do dia 19, conforme acordo de líderes, para pedir apoio ao projeto de lei que institui a gratificação de produtividade para os servidores lotados ou em exercício na Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE).

O projeto, de número 140/06, concede uma gratificação de 15% a ser paga a partir de 1º de janeiro de 2007. Segundo o líder do Governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), o pagamento saíria em janeiro devido às implicações do ano eleitoral e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

“Fomos simplesmente excluídos da política de reajustes do Estado. Queremos saber por quê”, questionou Elizete informando que os servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial receberam apenas 1% de abono neste governo.

Conforme a presidente da Associação, um acordo firmado naquela tarde, entre a presidente da Associação e a Secretaria de Articulação, garante um total de 4,5% para o mês de dezembro, dos 15% prometidos para janeiro.

“Essa foi a última rodada de negociações. E nós aceitamos esse valor. Aceitamos porque é pegar ou largar. Já estamos cansados de lutar”, completou.

O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) afirmou que não retirará a emenda que apresentou ao projeto, garantindo o pagamento da gratificação a partir da publicação da lei. “Vamos garantir que o projeto e essas pessoas sejam tratados com mais educação e respeito. Não é um valor tão alto que vá ferir os cofres do governo”, concluiu o parlamentar. Outra emenda, de autoria do líder do PFL, deputado Gelson Merísio, garante o pagamento desse valor para 1º de maio deste ano.

Conforme o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), o Comitê Gestor do Executivo, composto pelos secretários da Fazenda e da Administração e da Procuradoria do Estado, entre outros órgãos, esclareceu que o pagamento saíria em janeiro devido às implicações do ano eleitoral e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Os diversos projetos já aprovados pela Casa, e que tratam da implantação de



Elizete Vieira, da Associação dos Servidores, reclamou que a categoria foi excluída da política de reajustes

planos de cargos e salários do funcionalismo público, acarretam um acréscimo de cerca de R\$ 800 mil aos gastos com folha salarial. Os 15% de gratificação do pessoal da FCEE vai custar R\$ 130 mil mensais.

Representantes da Fundação

também acompanharam a tramitação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, no dia 11.

Criada em 6 de maio de 1968, a Fundação Catarinense de Educação Especial é uma instituição de caráter beneficente, instrutivo e científico, vinculada à Secretaria

Estadual da Educação, Ciência e Tecnologia. Suas estratégias de sustentabilidade estão fundamentadas nos seus objetivos sociais e na responsabilidade que tem, em nível governamental, de definir os rumos da educação especial em Santa Catarina.

## APROVADOS

### Nepotismo no MPE

Numa adequação ao que estabelece o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça, a Procuradoria Geral de Justiça do Estado encaminhou ao Legislativo o Projeto de Lei Complementar nº 50/05, aprovado em Plenário no último dia 11, que altera a Lei Orgânica do Ministério Público. Com a alteração, fica proibida a nomeação para cargos de provimento em comissão, de cônjuges, companheiros ou parentes, na linha reta ou na colateral, até o terceiro grau, inclusive, de qual-

quer membro do órgão estadual em atividade.

A proposta é recomendada pelo Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. A proibição não alcança o servidor ocupante do cargo de provimento efetivo do MP, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, caso em que a proibição ficará restrita à nomeação ou designação para servir junto ao membro determinante da incompatibilidade.

### Gratuidade de transporte

Os parlamentares aprovaram no dia 12 a alteração na Lei nº 1.162, de 30 de novembro de 2003, que dispõe sobre a gratuidade do transporte intermunicipal às pessoas deficientes. Agora, com o aval do Plenário ao Projeto de Lei nº 14/06, de autoria do deputado Herneus de Nadal (PMDB), a lei vai assegurar o be-

nefício a passageiros portadores de necessidades especiais.

Herneus esclarece que a proposta visa minorar os gastos quase que diários efetuados pelos portadores de necessidades especiais, principalmente nos seus deslocamentos em busca de consultas, terapia ou reabilitação.

### Coordenadoria da Mulher

Para assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos voltados à mulher, foi criada a Coordenadoria Estadual da Mulher, vinculada ao gabinete do governador. A proposta governamental, aprovada pelos parlamentares na tarde do dia 11, na forma do Projeto de Lei Complementar nº 38/06, determina que os programas direcionados à mulher serão implementados nas áreas de

saúde, segurança, emprego, salário, moradia, educação, agricultura, raça, etnia, comunicação e participação política, entre outras.

O novo órgão pretende estimular a mudança de cultura nos órgãos públicos que prestam atendimento às mulheres, reconhecendo e combatendo as situações discriminatórias e elaborando políticas que promovam a cidadania feminina.

### Praças militares

Os praças militares estaduais da ativa poderão prestar concurso público para ingresso no curso de formação de oficiais das respectivas corporações, independente de idade, devendo permanecer na condição de oficial pelo prazo mínimo de cinco anos. A prerrogativa foi assegurada com a aprovação no dia 11, em Plenário, do Projeto de Lei Complementar nº 26/06, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL).

O parlamentar classificou

como justa e indiscutível a possibilidade de ascensão profissional da categoria, pois muitos militares, por não acreditarem mais numa promoção, já haviam ingressado na Justiça para conquistar o direito. “Agora eles podem prestar concurso a qualquer tempo, pois já cumpriram o requisito atinente à idade. A ascensão pode ocorrer nos respectivos quadros ou para o almejado posto de oficial”, explica Onofre.

### Poluentes líquidos

Os deputados aprovaram, no dia 11, o substitutivo global ao Projeto de Lei nº 129/06, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), feito em parceria com a Fiesc. A proposta determina que os empreendimentos comerciais e industriais potencialmente emissores de poluentes líquidos - definidos como de porte e potencial poluidor grande pela Resolução nº 01/2005, do Consema -, deverão instalar caixa ou sistema de inspeção na saída de efluentes gerados ou contidos em suas instalações, sejam provenientes da atividade empresarial, de esgotamento sanitário ou drenagem pluvial.

A proposição estabelece que a instalação deverá ser feita, no mínimo, no prazo de 180 dias, contados da publicação da lei, sob pena da cassação da licença de funcionamento e multa de R\$ 1 mil a R\$ 50 mil, além das sanções legais.

## PLENÁRIO

## PEC vai regulamentar repasse

Preocupados com a grave crise por que passam os bombeiros civis voluntários, o deputado Dionei Walter da Silva (PT), juntamente com os deputados Reno Caramori (PP), Nilson Gonçalves (PSDB) e Wilson Vieira – Dentinho (PT), protocolaram o Projeto de Emenda Constitucional nº 2/06, no último dia 4, que regulamenta a profissão de bombeiro voluntário civil em Santa Catarina.

“O que percebemos, todos os anos, é uma mendicância por parte dos bombeiros”, classificou Dionei ao anunciar a proposição. Os autores do PEC justificam que, com a proposição, vai se proceder à efetiva regulamentação da profissão. Entre as diversas atribuições desses profissionais estão os serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, o combate a incêndios e a busca e salvamento de pessoas e bens, além do atendimento pré-hospitalar.

“Uma corporação que presta

tantos serviços à população com a mesma eficiência que os bombeiros militares merece toda a atenção por parte de nossas autoridades”, concluiu o petista.

### Cooperativas

Integrante da Comissão de Agricultura da Casa, o deputado Dionei aproveitou para apresentar, em sessão plenária, o Projeto de Lei Federal nº 171/99, de autoria do senador Osmar Dias (PDT/PR), que trata da nova Lei Geral das Cooperativas. A matéria está na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Dionei participou de uma reunião no Legislativo paranaense, a convite da Comissão de Agricultura daquela Assembléia, junto com representantes de cooperativas. Para ele, o projeto é inconstitucional e o modelo de cooperativismo proposto apresenta muitas divergências. “As cooperativas querem

a autonomia do cooperativismo, a livre organização, filiação e a pluralidade. São questões que devem ser debatidas porque há uma série de críticas. O projeto é, acima de tudo, inconstitucional”, reafirmou.

A matéria está em pauta para ser votada desde dezembro, mas há uma forte resistência das entidades ligadas à agricultura familiar e economia solidária que consideram o projeto um retrocesso. Ele também fere os avanços da Constituição de 1988, no que se refere aos princípios de livre organização, de livre associação e de não-interferência da União nas organizações cooperativas, assinalou o petista. “O certo é que a agricultura familiar possa ficar com o resultado de seu trabalho, que tenha direito a escolher sua representação, que se mantenha a base de autonomia, com independência, autogestão e livre adesão”, defendeu.

## Ceron licencia-se por 60 dias e José Carlos Vieira assume a vaga



Deputado Antônio Ceron

O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, licenciou-se da Assembléia Legislativa no dia 11, por um período de 60 dias, para dedicar-se a assuntos eleitorais e também valorizar os suplentes do partido. Já na sessão de terça-feira (18), o suplente José Carlos Vieira assumiu a vaga.

Ceron vai aproveitar a licença sem remuneração para, na condição de presidente estadual do PFL, trabalhar pela definição das chapas proporcionais a deputado estadual e federal e majoritária de seu partido. Por conta da verticalização das alianças, mantida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que determina a extensão aos estados das alianças seladas em nível federal, os pefelistas já estão coligados com os tucanos em Santa Catarina. “O acordo foi feito sem que se definisse quem será o candidato ao

governo: se Raimundo Colombo (PFL) ou o senador Leonel Pavan (PSDB), ou outro nome de um partido que venha a compor conosco”, destacou Ceron.

### Composições

Também por conta do projeto Geraldo Alckmin, que uniu no plano nacional tucanos e pefelistas, Ceron prevê novos desdobramentos em Santa Catarina.

Dependendo do encaminhamento que PMDB e PP farão na disputa presidencial, a aliança PFL/PSDB ganhará reforços em Santa Catarina. Para vencer a disputa ao governo do Estado, Ceron acredita que a aliança precisa ser a mais ampla possível.

Por isso, garantiu estar aberto a composições, excluindo do leque de opções apenas os petistas, por questões “ideológicas, programáticas e pragmáticas”. Entre possíveis parceiros, destaca o Partido Progressista (PP), aliado tradicional em diversos municípios catarinenses. Neste sentido, a bancada do PFL tem programada para os próximos dias uma reunião com os deputados progressistas.

Apesar do “velho namoro” com os progressistas, Ceron não descarta também uma aproximação com o governador licenciado Luiz Henrique da Silveira, pré-candidato do PMDB à reeleição, já que no plano nacional os peemedebistas ainda não estão

definidos. “As coligações podem vir de cima para baixo”, salientou, referindo-se à verticalização.

Mais do que trabalhar pelo fortalecimento do PFL nas eleições, Ceron destina os 60 dias de licença para o que classifica de valorização dos que ajudaram a eleger os oito deputados da bancada pefelista.

“O PFL fez 508 mil votos no último pleito para deputado estadual; foram 30 candidatos, dos quais apenas oito conseguiram êxito”, lembrou. Por isso, assinou, resolveu prestigiar também os suplentes.

“O PFL tradicionalmente sempre valorizou, nas câmaras e na Assembléia, seus suplentes através de rodízio”, enfatizou. Em sua primeira manifestação, José Carlos Vieira reafirmou seu compromisso com as diretrizes do partido.



Deputado José Carlos Vieira

## Titon apóia movimento pela BR-470



Deputado Romildo Titon

O deputado peemedebista Romildo Titon manifestou total apoio à população que reside entre os trechos das Brs 470 e 282, entre Campos Novos e São José do Cerrito, durante a sessão plenária de quarta-feira (19). O parlamentar anunciou e aproveitou para convidar os colegas a participarem do movimento de paralisação naquele trecho, na quinta-feira (20).

“Acho justa e válida a manifestação da sociedade, uma vez que as obras já haviam sido iniciadas e por conta de um edital

publicado na administração do ex-governador Esperidião Amin (PP), desde 2003, estavam paralisadas”, disse Titon. A população local, assinalou ele, quer obras imediatas de pavimentação e manutenção no trecho.

Presidente do Fórum Parlamentar Permanente da BR-282, o deputado lembrou que os problemas naquele trecho se arrastam há vários anos, e até agora não houve respostas concretas às reivindicações da população local.

“É preciso solucionar isso, atender às reivindicações, uma vez que o trecho apresenta sérios problemas, dificultando o tráfego de veículos no local e colocando em risco milhares de vidas”, salientou ele. O deputado afirmou ainda que, apesar do trecho em questão não ter ligação com o Fórum da BR-282, o movimento promovido pelos moradores é uma tentativa válida de sensibilizar o governo federal. “Mas, para isso, o Congresso Nacional precisa incluir e aprovar o Orçamento da União deste ano”, ressaltou.

## Goetten critica política agrícola federal



Deputado Nelson Goetten

A falta de incentivos aos agonegócios e a queda do país no ranking da produtividade mundial foram criticados pelo deputado Nelson Goetten (PFL), em Plenário. Segundo ele, a situação para muitos produtores brasileiros é de angústia e desespero. “O produtor catarinense está passando pela pior fase da história. A agricultura perdeu 50% do seu valor. É realmente desesperador”, disse o parlamentar.

Segundo Goetten, uma manifestação realizada em Mafra, no dia 10, reuniu cerca de mil produtores do Norte de Santa Catarina e Sul do Paraná, que protestaram contra a alta dos juros, pediram maior prazo de carência para quitar as dívidas, além de mudanças na política econômica. A manifestação fechou por quase duas horas as BRs 116 e 280, com um congestionamento que chegou a 30 quilômetros.

Sobre a queda no ranking de produtividade, Goetten considera impossível um país cair da 4ª para 22ª posição e apresentar dados tão positivos. “Daqui a pouco vamos ver os nossos produtores sumindo. Está aumentando cada vez mais o número de agricultores que deixam o meio rural para tentar a vida na cidade. O engraçado é

que não é essa a realidade que o governo Lula nos apresenta”, protestou. Para ele, a alta dos preços está influenciando negativamente a economia. “Há pouco tempo eu pagava R\$ 1,18 e hoje pago cerca de R\$ 2,70. Os juros precisam baixar”, completou.

Em aparte, a deputada Ana Paula Lima (PT) lembrou que os combustíveis são mais caros em Santa Catarina devido aos impostos cobrados pelo governo estadual. “Eu sei que temos uma das gasolinas mais caras do país, mas também sei que é culpa do Estado, que administra os impostos cobrados. Peça ao seu governador que baixe os impostos e tudo se resolverá”, solicitou Ana Paula.

## PLENÁRIO

## Ana Paula cobra aprovação do Orçamento Federal

A deputada Ana Paula Lima (PT) cobrou dos parlamentares no Congresso Nacional maior interesse pelo Orçamento Geral da União deste ano, até agora na lista de espera das apreciações e do qual dependem os investimentos do governo e o atendimento à população. "Nas Câmaras Municipais e nas Assembleias os regimentos têm como item de exigência a votação antes do início dos recessos, no final do ano. No Congresso Nacional não vale a mesma regra. Deveria valer", defendeu.

A peça orçamentária anual expressa, em termos quantitativos e qualitativos, as políticas públicas adotadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Desde 1988, entretanto, em 10 oportunidades a Lei Orçamen-



Deputada Ana Paula Lima

tária Anual (LOA) foi editada em data posterior àquela estabelecida na Constituição Federal, que prevê a sanção presidencial até 15 dias úteis posteriores ao encerramento do exercício anterior. O recorde de atraso para aprova-

ção da Lei Orçamentária deu-se em 1994, quando o Orçamento foi aprovado em 9 de novembro, em decorrência da implantação do Plano Real.

A parlamentar acusou o PFL e o PSDB de atrasarem a votação. "Na minha opinião, só falta vontade política. É uma situação lamentável que o Congresso dependa desses parlamentares para a votação", lamentou.

Em aparte, os deputados Onofre Agostini e Nelson Goetten, ambos do PFL, defenderam seu partido e os tucanos, argumentando que o PFL e o PSDB não têm a maioria no Congresso Nacional, portanto, não podem ser culpados. "O PFL entrou com uma ação para que o orçamento não seja votado hoje", salientou a petista.

## Sérgio Godinho elogia laboratório para análise de DNA

O líder do PSB, deputado Sérgio Godinho, comemorou no dia 11, da tribuna da Assembleia, a criação do Instituto da Paternidade Responsável em Lages. Com a unidade, a cidade passa a sediar o primeiro laboratório para exames de DNA de Santa Catarina, também habilitado para realizar pesquisas em animais e plantas.

A principal conquista está no suprimento da demanda reprimida por exames de paternidade na cidade, onde aproximadamente 60% das mães não declaram o nome dos pais no cartório de registro pela falta de oportunidade de realizar o exame, que é o principal instrumento de verifi-



Deputado Sérgio Godinho

cação da paternidade, esclareceu Godinho.

Segundo ele, a instalação do laboratório foi viabilizada

através de uma parceria entre a Secretaria Estadual da Saúde e o Instituto de Paternidade Responsável, sendo que os exames serão gratuitos e coordenados pela Udesc.

Godinho, que integra o Fórum para a Recategorização do Parque da Serra do Tabuleiro, falou ainda sobre a audiência pública realizada em Paulo Lopes no dia 10, sobre a situação dos moradores do entorno do Parque, a qual reuniu mais de 2 mil pessoas. "Mas, o assunto ainda demanda muita discussão", afirmou, referindo-se ao projeto de recategorização do Parque para Área de Preservação Ambiental (APA).

## Dívidas dos agricultores de Caçador preocupam Caramori

A difícil situação financeira dos mais de 1.400 produtores rurais de Caçador e região estão preocupando o deputado Reno Caramori (PP). Ele mostrou na sessão plenária do dia 20, notícia do jornal Folha da Cidade, de Caçador, dando conta de que as dívidas totalizam R\$ 12 milhões, segundo a Epagri. Isso seria reflexo da péssima safra de 2005/2006.

Na opinião do gerente de Planejamento da Secretaria Regional de Caçador, Carlos Kreuz,

a saída é alongar os prazos e ampliar créditos junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. O tesoureiro do Sindicato dos Produtores de Caçador e de Macieira, Jorge Versetlon, defende a negociação direta com o governo federal.

Caramori sugeriu que o governo federal disponibilize recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) às cooperativas de crédito rural, para que elas tenham como socorrer os produtores a juros mais baixos.



Deputado Reno Caramori

## [ GABINETES ]

### ÁGUA LIMPA PARA TODOS

O deputado Genésio Goulart (PMDB) mostrou-se bastante interessado pelo projeto "Água limpa para todos", apresentado pelo apicultor e presidente do Projeto Microbacias de Anitápolis, Lauro Heidman. O compromisso dos agricultores do município é iniciar a despoluição do rio Tubarão já a partir do rio Braço do Norte, que banha Anitápolis. Em 30 dias, estarão instaladas 119 fossas que eliminarão o problema do lançamento de dejetos humanos diretamente no rio.

A despoluição do complexo lagunar passa por soluções como a que as cerca de 380 famílias de Anitápolis, cadastradas no projeto Microbacias do Banco Mundial, estão adotando. O prefeito do município, Saulo Weis, também aposta no projeto apresentado por Lauro Heidmann. Ambos estiveram na tarde do dia 5, no gabinete do deputado, buscando apoio para a iniciativa.

O deputado tem mantido contatos com especialistas do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), de São José dos Campos, sondando a possibilidade de uma cooperação com a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). O instituto possui estudos bastante avançados em questões ligadas às bacias hidrográficas, previsões do nível de cheias e controle de agentes poluentes. (Júlio Cancellier)

### APOSENTADORIA ESPECIAL

Visando ao bem-estar, à segurança e à saúde do servidor público, o deputado Onofre Agostini ingressou com uma indicação, solicitando ao governador do Estado, que seja encaminhado à Assembleia Legislativa projeto de lei que proporcione melhores condições para a aposentadoria dos servidores que atuam em locais insalubres, perigosos ou penosos.

Agostini diz que é necessário regulamentar a aposentadoria especial para esses servidores que atuam em áreas insalubres, tais como presídios, penitenciárias, manicômios judiciários, hospitais psiquiátricos e afins. "É preciso, preservar a classe que está em constante exposição a atividades nocivas à saúde, tanto física como mental."

O parlamentar enfatizou que a segurança do servidor público estadual é assunto que envolve não só questões de ordem previdenciária, mas também trabalhista e de saúde pública. Nesse sentido, quer que seja protegida a integridade do servidor, garantindo um estímulo para que ele possa continuar desempenhando suas atividades de maneira mais digna e prazerosa. (Jucimar José Lázare)

### VITÓRIA NA JUSTIÇA

No último dia 12, foi derrubada a liminar que concedia a reintegração de posse de um sítio de 4,6 hectares, em Imbituba. Há quase 30 anos a área era ocupada pela família de José Manoel Gonçalves e, juntamente com outras áreas, havia sido vendida de forma duvidosa pela Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (Codisc), no final de 2004, para um empresário de Garopaba.

Em seguida, passou a ser propriedade de Sérgio Nunes do Nascimento, que entrou com pedido de reintegração de posse, expulsando a família do lugar. Ao conceder a liminar, a Justiça não havia considerado que a área era produtiva, abrigava criação de gado e animais domésticos, hortas, pomares e construções rurais. Para o deputado José Paulo Serafim (PT), que acompanha o processo "agora está se fazendo justiça". Em um ato público, com quase 100 pessoas ligadas a várias entidades de Imbituba, a cerca que isolava o terreno desde a primeira decisão judicial foi retirada em menos de 30 minutos. "Nós acreditamos que defender o meio ambiente é garantir o sustento para as novas gerações, por isso estamos lutando para que toda a área seja transformada em Reserva de Desenvolvimento Sustentável", adiantou Ademir Rosa da Costa, presidente da Associação Comunitária Rural de Imbituba. Na semana passada, o Plenário aprovou o requerimento de nº 146/06, de autoria de Serafim, solidarizando-se com a luta da Acordi em favor da criação da RDS. (Andréa Leonora)

## ESPECIAL

# Arthur Moreira Lima é Cidadão Catarinense

Solon Soares

Título foi concedido pelo Poder Legislativo por iniciativa do deputado Vanio dos Santos (PT), em solenidade realizada no último dia 12

Considerado uma das mais importantes personalidades da cultura brasileira e reconhecido internacionalmente por suas turnês em todos os continentes, o pianista Arthur Moreira Lima recebeu do Parlamento de Santa Catarina o título de Cidadão Catarinense. A sessão solene ocorrida na noite do dia 12 foi prestigiada por autoridades, convidados e admiradores da arte musical.

A honraria proposta pelo deputado Vanio dos Santos (PT) foi aprovada por unanimidade pelos 40 parlamentares e manifesta o reconhecimento do trabalho desenvolvido por Arthur Moreira Lima como grande propagador da música brasileira, tanto erudita como popular.

Carioca de nascimento, Arthur Moreira Lima, que atualmente reside em Florianópolis, começou a estudar piano aos 6 anos de idade e já aos 9 tocava um concerto de Mozart com a Orquestra Sinfônica Brasileira. Gravou nos Estados Unidos, Inglaterra, Rússia, Japão, Suíça, Bulgária e Polônia. No repertório, músicas de Bach, Beethoven, Mozart, Chopin e Tchaikovsky, entre outros célebres compositores.

Em sua trajetória, recebeu importantes prêmios internacionais. A crítica mundial o considera extraordinário intérprete do repertório clássico romântico e um dos maiores intérpretes de Chopin. Na

Suíça é conhecido como o “Pelé do piano”.

## Democracia cultural

“Um piano pela estrada” é o nome do projeto itinerante desenvolvido pelo pianista, que através de um caminhão-teatro, com seu piano de cauda, percorre todos os cantos do país, democratizando a música.

Em nome das bancadas com assento na Casa, o deputado João Henrique Blasi (PMDB) disse que a presença de Arthur Moreira Lima em Santa Catarina dá grandeza ao cenário cultural catarinense e brasileiro.

Segundo o proponente da homenagem, Vanio dos Santos, o pianista vem escrevendo seu nome na história da cultura brasileira. “Ele deixou, há um bom tempo, de ser apenas um dos maiores pianistas da história brasileira. Ele é um dos nomes mais importantes da nossa cultura”, sintetizou Vanio.

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), lembrou que Moreira Lima é um destacado “embaixador” a divulgar os valores, as belezas e as potencialidades de Santa Catarina. “A oportunidade de torná-lo um de nós é a singela demonstração de carinho, respeito e afeto que lhe dedica o povo catarinense”, afirmou.



O pianista, com a honraria nas mãos: “Florianópolis me dá energia para trabalhar”

Eduardo Guedes de Oliveira



De Beethoven a Zininho, Moreira Lima brindou os presentes com sua arte na noite da homenagem

Solon Soares

## Amor à Ilha

Ao descrever a emoção sentida com a homenagem prestada pelo Parlamento estadual, Moreira Lima disse que o título de cidadão catarinense é motivo de muito orgulho em sua vida como artista, brasileiro e ser humano. Sobre Florianópolis, local que escolheu para viver, falou que a cidade é um local de paz, de descanso, que lhe dá toda a energia para trabalhar. “Se não estivesse aqui não teria a oportunidade de tocar nos mais recônditos rincões do Brasil.”

Quem participou da sessão solene teve a oportunidade de apreciar o talento do pianista, que transformou o Plenário Osni Régis numa sala de concerto, com interpretações de Bach, Beethoven, Chopin, Villa Lobos e Pixinguinha. Como homenagem a Florianópolis, encerrou o recital com a música “Rancho de Amor à Ilha”, do poeta catarinense Zininho.



Considerado um dos maiores intérpretes de Chopin, Moreira Lima escolheu o Costão do Santinho, na Ilha de Santa Catarina, para viver